

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Léllo Guimarães Sotelo Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO N. 406-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7674-72, de 29 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — dispensar das funções de Chefe da Divisão de Relações Públicas do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, a funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — Revogar os Decretos Legislativos n.ºs 483-70 e 519-71, de 12 de outubro de 1.970 e 27 de outubro de 1.971, na parte que se refere a funcionária acima citada, que designou-a respectivamente, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas e concedeu autorização para prestar serviços extraordinários, a partir de 30 de setembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 407-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7674-72, de 29 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — revogar o Decreto Legislativo n. 89-71, de 17 de fevereiro de 1.971, na parte que se refere à funcionária LUCY DE MELO KEINERT, que designou-a para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, a partir de 30 de setembro de 1972;

II — designar, a funcionária acima citada, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Relações Públicas e de Assessor de Relações Públicas, do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de outubro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 408-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.732-72, de 29 de agosto de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário LUIZ CARLOS MARTINS ARAUJO, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 409-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.301-72, de 15 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — Designar FRANCISCO BUBNIAK, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete dente ao símbolo F-5.

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário acima citado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 410-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.279-72, de 14 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

Atribuir a OPHIR FABELINO DE SOUZA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Presidência, a partir de 04 de novembro de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 411-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.728-72, de 29 de agosto de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder, com fundamento no Art. 70, inciso II, da Constituição Estadual, a DORIZON SALGADO BUENO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Assistente Técnico da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 18 de junho da 1.972, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 412-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.929-72, de 04 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — Revogar o Decreto Legislativo n. 367-72, de 31 de agosto de 1972;

II — Atribuir a IZIDORO CECCON, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Diretoria do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 413-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.737-72, de 29 de agosto de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a LUIZ CARLOS LICHESKI, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro da Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de outubro de 1971, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 414-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.910-72, de 04 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

Designar DARIO FORTUNATO DARIF, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa, enquanto perdurar o afastamento de seu titular, a partir de 04 de setembro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 415-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.981-72, de 11 de setembro de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária MARIA LEONILDA ROCHA, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos a partir de 1.º de setembro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 416-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.835-72, de 31 de agosto de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária IRANI CARINI, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 30 de agosto de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 417-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.693-72, de 28 de agosto de 1.972, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a SOFIA KOLOSOSKI, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de outubro de 1.970, data em que completou (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 418-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.692-72, de 28 de agosto de 1972, deste Poder,

**RESOLVE:**



mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de SOFIA KOLOSOSKI, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 419-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.696-72, de 28 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária ZILDETE TEIXEIRA, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 11 de setembro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 420-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.933-72, de 05 de setembro de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — Revogar o Decreto Legislativo n. 520-71, de 27 de outubro de 1.971, na parte que se refere à funcionária JOAQUINA LOURENÇO JOSE;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970 a funcionária IZOLLA GLISTAU BARRICHELO, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 421-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.796-72, de 30 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de JAYRO CAMARGO, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses e dez (10) dias, referentes a vinte e cinco (25) dias das férias relativas ao ano de 1.970 e de dez (10) dias referentes ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 422-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.663-72, de 28 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de WILMA WAMBIER GUSSO, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.965 e de quinze (15) dias de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 423-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.792-72, de 30 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 16 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968; e,

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 16 de julho de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 424-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.965-72, de 06 de setembro de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 425-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.067-72, de 29 de junho de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a CASEMIRO MARQUES, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de agosto de 1.971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 426-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.325-72, de 18 de setembro de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — Colocar a disposição do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL — neste Estado, o funcionário JOSE ROSA FILHO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível "PL-20" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e da gratificação por prestação de serviços extraordinários, a partir de 20 de setembro de 1.972;

II — Revogar o Decreto Legislativo n. 364-72, de 30 de agosto de 1.972, que atribuiu ao funcionário acima citado, gratificação de função de Motorista, correspondente ao símbolo F-5, a partir de 20 de setembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 427-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.719-72, de 29 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de EDOUARD ELIAS THOMÉ, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.969 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### 2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 150.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 9 de Outubro de 1972 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Lopes Junior — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni e Santos Lima. (21); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Costa — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — David Federmann — Emilio Carrazai — Fuad Nacli — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.  
O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.



O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 21 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 68-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 44-71, de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai concede a cada uma das trigêmeas Gislele, Gisleide e Gisele Muniz, uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados.

(Responderam a chamada 19 srs. Deputados)

Há número legal para a continuação da Sessão.

Não tendo sido constatado quorum para a deliberação, por ocasião da chamada nominal feita a requerimento do sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda nova chamada nominal para verificação de número.

(É feita a chamada)

Acham-se presentes 21 srs. Deputados. Não havendo número legal para deliberação, fica transferida a votação da Proposição n. 68-72 para a Sessão Extraordinária de amanhã, dia 10, terça-feira, às 14,00 horas.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 151.ª Sessão Ordinária

Realizada em 9 de Outubro de 1972 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Bastião Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Erondy Silveiro — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Pinto Dias e Santos Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — David Federmann — Emilio Carazzai — João Mansur — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

#### MENSAGENS:

MENSAGEM 43/72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 4/72, celebrado em 26 de junho de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da SUDESUL.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### ACORDO N.º 04/72

Termo de ACORDO celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Governo do Estado do Paraná, para participação financeira no Fundo de Água e Esgotos — FAE.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL, inscrita no CGC/MF sob n.º 92885151, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n.º 201, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Artigo 20 da Lei n.º 5.365, de 1º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do Artigo 15 do Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, o Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, doravante designado simplesmente "ESTADO", tem justo, certo e combinado, a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas, condições e considerações seguintes:

— considerando a necessidade de serem atingidas, no mais breve prazo possível, as metas estabelecidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior, para o atendimento da população urbana do País, com os serviços de abastecimento de água;

— considerando a necessidade de ser implantado em toda a sua plenitude o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, instituído pelo Banco Nacional de Habitação;

— considerando ser imprescindível, para o êxito do mencionado Plano, a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE;

— considerando ser a SUDESUL, órgão regional de desenvolvimento, sumamente interessada na solução dos problemas de saneamento básico na Região Sul, de acordo com a respectiva política nacional;

— considerando que uma complementação dos recursos do ESTADO, a investir em saneamento, através do Fundo de Água e Esgotos — FAE, acelerará a dinamização do referido Fundo e propiciará a viabilização dos projetos de abastecimento de água dos municípios de menor população ou renda;

— considerando dispor a SUDESUL, em seu orçamento, de recursos destinados a obras de abastecimento de água no Estado do Paraná, decidem firmar o presente ACORDO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Objetiva o presente ACORDO a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná por meio da participação financeira da SUDESUL.

CLÁUSULA SEGUNDA: — A SUDESUL contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), cuja despesa, empenhada sob n.º 493, em 20 de junho de 1972, correrá à conta de seu Orçamento-Programa, para o Exercício de 1972, classificada como segue: PROGRAMA: Saúde e Saneamento; SUBPROGRAMA: Abastecimento de água; PROJETO: 59.06.15.09.1.032 — Apoio a Programas de Saneamento Básico mediante convênio; ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.1.0 — Obras Públicas — Cr\$ 500.000,00.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da importância relativa à contribuição da SUDESUL será feito de uma só vez, após a publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Parágrafo Segundo: — A importância recebida pelo ESTADO será, obrigatoriamente, incorporada ao Fundo de Água e Esgotos, para aplicação no desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água.

Parágrafo Terceiro: — A importância a que se refere esta Cláusula será gerida de acordo com o que dispuser o Convênio assinado entre o ESTADO e o BNH, tendo em vista a constituição do Fundo de Água e Esgotos — FAE/PR.

Parágrafo Quarto: — Após a assinatura do presente ACORDO, para o ESTADO habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à SUDESUL a importância de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) para custeio de suas despesas de fiscalização.

Parágrafo Quinto: — As despesas decorrentes da publicação deste ACORDO no Diário Oficial do Estado do Paraná, correrão por conta do ESTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA: — O prazo de execução do presente ACORDO será de 10 (dez) meses contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA: — O prazo de prestação de contas será de um mês, contado da data de expiração do prazo estabelecido na Cláusula Terceira.

Parágrafo Único: — O ESTADO através do Órgão Gestor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, remeterá à SUDESUL, durante a vigência do ACORDO, balancete trimestral que demonstre a posição e movimentação dos recursos do FUNDO, na forma idêntica a que está obrigado a enviar ao BNH, por força do Convênio com esse assinado, obrigando-se, ainda, a permitir, pelo mesmo prazo, a inspeção e auditoria da SUDESUL à documentação do FAE.

CLÁUSULA QUINTA: — A contribuição do ESTADO, durante o prazo fixado na Cláusula Terceira, para o Fundo de Água e Esgotos deverá ser, no mínimo, o dobro da importância referida na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA: — O ESTADO, através do Agente Promotor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, manterá a SUDESUL devidamente informada do desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água, para o que remeter-lhe-á, trimestralmente, circunstanciado relatório a respeito podendo a SUDESUL exercer a fiscalização, a qualquer tempo, do referido Programa, por intermédio da Divisão de Urbanismo e Saneamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Caberá à Divisão de Urbanismo e Saneamento da SUDESUL a emissão do Laudo Técnico exigido pelo Artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA OITAVA: — A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao ESTADO, ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da SUDESUL, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA NONA: — O período de vigência do presente ACORDO será de 20 (vinte) meses, contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA: — As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Ass. Ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma datilografadas em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (sinal público), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Florianópolis, 26 de junho de 1972

Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL  
Engenheiro PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado do Paraná.

Testemunhas:

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

Senhor Presidente.

MENSAGEM 44/72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Contrato n.º 1/72, firmado em 31 de maio de 1972, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.



O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação, óessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

CONTRATO N.º 01/72

Contrato de Empreitada, objetivando a formulação de alternativas para uma política conjunta de Desenvolvimento Urbano e Micro-regional para o Paraná, que entre si fazem, de um lado, a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL —, o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ e o SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO — SERFHAU —, e, de outro lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

Saibam quantos este instrumento jurídico de contrato virem, que, aos 31 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reuniram-se nesta cidade de Curitiba, no Palácio Iguagu, sede do Governo do Estado do Paraná, de um lado, a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL —, CGC/MF n.º 92.885.151, autarquia federal com sede em Porto Alegre, RS, criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo disposto no artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, pelo Decreto-lei n.º 684, de 15 de julho de 1969, e pelo Decreto-lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, doravante denominada simplesmente "SUDESUL", neste ato representada pelo seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ doravante denominado simplesmente "ESTADO", neste ato representado pelo seu Governador, o Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza e o SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO — SERFHAU, CGC/MF n.º 33.943.663, autarquia federal com sede no Estado da Guanabara, criada pela Lei n.º 4380, de 21 de agosto de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 59.917, de 30 de dezembro de 1966, e pela Portaria n.º 05, de 14 de janeiro de 1971, do Ministério do Interior, doravante denominado simplesmente "SERFHAU", neste ato representado pelo seu Superintendente, o Engenheiro Leo Serejo Pinto de Abreu, e, de outro lado, a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CGC/MF n.º 75095679/001, com sede em Curitiba, doravante denominada simplesmente "UNIVERSIDADE", neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor Algacyr Munhoz Mäder, na forma de seus Estatutos e de acordo com a aprovação dada pelo Conselho Universitário em data de 15 de setembro de 1971, e resolveram celebrar o presente Contrato de Empreitada, de acordo com o disposto nos artigos 1237 a 1247 do Código Civil, no que forem aplicáveis, e nas Cláusulas, Parágrafos e Alíneas constantes deste instrumento, dando assim execução ao pactuado no Acordo de Cooperação 20/71, celebrado no dia 13 de outubro de 1971, entre a "SUDESUL", o "ESTADO" e o "SERFHAU".

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Contrato de Empreitada a execução pela "UNIVERSIDADE", de levantamentos, análises e estudos básicos, de acordo com o pactuado neste instrumento, visando a formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná, objetivando especialmente:

- 1 — Definição dos serviços urbanos mínimos essenciais para o desenvolvimento.
- 2 — Determinação do equipamento necessário para atender tais serviços.
- 3 — Análise das instituições tipo para prestação dos serviços do item 1.
- 4 — Levantamentos:
  - a) das características urbanas do Paraná;
  - b) dos serviços urbanos existentes.
- 5 — Estudo do crescimento urbano do Paraná — Tendências.
- 6 — Inventário da Legislação existente.
- 7 — Definição de uma tipologia urbana para o Paraná.
- 8 — Projeções físicas, demográficas e econômicas até 1980.
- 9 — Polarização e tendências de Polarização.
- 10 — Padrões de qualidade desejáveis em cada grupo de cidade da tipologia urbana determinada.
- 11 — Confrontação da realidade atual com os padrões determinados no item anterior.
- 12 — Perfil dos investimentos necessários para atingir tais padrões a médio prazo.
- 13 — Indicação da legislação necessária para a implantação da Política.
- 14 — Indicação e projetos significativos de alcance micro-regional.
- 15 — Diretrizes para a organização de um centro de informações.
- 16 — Proposição de Alternativas de Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná.

Parágrafo Primeiro: Visando atingir o objetivo fixado nesta Cláusula a "UNIVERSIDADE" obriga-se a executar a obra discriminada em duas etapas, a primeira, com duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do pagamento da primeira parcela à "UNIVERSIDADE" e a segunda no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da aprovação pela "SUDESUL" das obras correspondentes à primeira etapa.

Parágrafo Segundo: Para atingir o objetivo discriminado nesta Cláusula, caberá à "UNIVERSIDADE" executar, durante a primeira etapa, os seguintes trabalhos:

1. Funções econômicas regionais:
  - 1.1. Reunião dos estudos de desenvolvimento regional, existentes para definição das regiões econômicas características e estabelecimento das prioridades de serviços essenciais ao desenvolvimento.
  - 1.2. Levantamento sumário da produção regional e de dados básicos para a elaboração de indicadores econômicos.
  - 1.3. Análise dos dados levantados.
  - 1.4. Projeções da produção regional e da evolução dos indicadores econômicos.
2. Estrutura interna da cidade:
  - 2.1. Elaboração de parâmetros da estrutura, crescimento e distribuição das populações urbanas, da tipologia administrativa esquemática e dos parâmetros físicos da cidade: índices de usos do solo e densidades urbanas.
  - 2.2. Reunião dos dados demográficos censitários de 1940, 1950, 1960 e 1970; levantamentos de dados quantitativos e qualitativos da administração municipal; reunião de material cartográfico básico e existente para o estudo da evolução física das cidades.
  - 2.3. Análise sucinta do comportamento demográfico, da administração municipal e da evolução física das cidades.

2.4. Projeções dos prováveis aumentos urbanos globais demográficos até 1980 e previsões preliminares alternativas do crescimento físico das cidades.

3. Serviços Urbanos e respectivos equipamentos:

- 3.1. Determinação teórica e sintética dos serviços urbanos mínimos essenciais ao desenvolvimento e do equipamento desejável e seus parâmetros de eficiência.
- 3.2. Levantamento sumário dos serviços urbanos existentes e de seu equipamento: Educação, Cultura, Recreação, Saúde e Salubridade, Habitação, Ação Comunitária e Serviços Sociais, Administração e Seguraças, Transportes e Armazenamento, Transportes Urbanos, Comunicações, Energia, Serviços Básicos ligados ao Setor Primário, Indústria, Comércio e Rede Bancária.
- 3.3. Análise da evolução e da eficiência dos serviços existentes.
- 3.4. Projeção das necessidades prováveis de serviços e equipamentos até 1980.

4. Polarização:

- 4.1. Estabelecimento de critérios para um esquema de polarização das cidades paranaenses.
- 4.2. Levantamento dos estudos já realizados.
- 4.3. Análise e crítica dos mesmos e elaboração de hierarquia de polarização.
- 4.4. Determinação dos aspectos dinâmicos do esquema de polarização.

5. Tipologia das cidades paranaenses:

- 5.1. Estabelecimento de critérios para uma tipologia urbana.
- 5.2. Reunião dos resultados setoriais.
- 5.3. Caracterização genérica da tipologia existente no Paraná.
- 5.4. Previsão de sua evolução até 1980.

6. Outros levantamentos, análises, diagnósticos e formulações teóricas necessários para atingir os objetivos definidos nesta Cláusula.

Parágrafo Terceiro: No desenvolvimento da segunda etapa deverá a "UNIVERSIDADE" realizar os seguintes trabalhos:

1. Resumo de alternativas do desenvolvimento regional.
2. Alternativas para os diversos tipos urbanos de políticas: populacional, administrativa e de uso do solo urbano.
3. Prioridades de serviços e seu equipamento em vista do desenvolvimento regional.
4. Alternativas do desenvolvimento da estrutura da polarização.
5. Alternativas para uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional do Paraná.

Parágrafo Quarto: A "UNIVERSIDADE" executará a empreitada ora contratada através de suas unidades dedicadas à pesquisa e ao estudo de matéria ligada ao desenvolvimento urbano e micro-regional.

Parágrafo Quinto: Na execução da obra contratada, a "UNIVERSIDADE" observará, rigorosamente, em todos os seus detalhes, o pertinente "PROJETO DE PESQUISA" elaborado pela mesma, o qual devidamente assinado pelas partes contratantes, integra este instrumento para todos os fins de direito, como anexo n.º 1.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA QUALIDADE DOS TRABALHOS E DO PESSOAL:

I — A "UNIVERSIDADE" obriga-se por este instrumento na melhor forma de direito a cumprir todas as suas obrigações e, enunciativamente, elaborar e executar todos e quaisquer serviços, encargos, trabalhos, pesquisas e levantamentos decorrentes deste contrato e, especialmente o relatório final mencionado na Cláusula Quinta, item IV, com extraordinária eficiência e esmero, de acordo com os melhores padrões técnicos nacionais e internacionais pertinentes, e a adotar no que couber, as normas e as especificações do "SERFHAU".

II — Obriga-se a "UNIVERSIDADE" a executar os trabalhos decorrentes do presente Contrato através da equipe básica constante do anexo II do presente instrumento, devidamente rubricado pelas partes.

Parágrafo Único: Os técnicos integrantes da equipe básica acima referida, poderão ser substituídos em casos especiais, por outros altamente especializados, cabendo porém, sempre, à "SUDESUL" aprovar previamente as substituições, após a comprovação pela "UNIVERSIDADE" da alta eficiência e capacidade dos mesmos.

Alínea: O descumprimento pela "UNIVERSIDADE" do ora pactuado será considerado para todos os fins de direito, como inadimplemento contratual e dará direito ao "ESTADO", à "SUDESUL" e ao "SERFHAU" de considerar rescindido o presente Contrato, cabendo à empreiteira indenizar os empreitantes por perdas e danos.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA PROPRIEDADE DOS RELATÓRIOS E DAS INFORMAÇÕES: Todos os dados, pesquisas, relatórios, mapas, planos, estatísticas, memorandos, códigos, bem como a massa de cartões perfurados utilizados para a computação eletrônica e quaisquer outros documentos elaborados pela "UNIVERSIDADE" em decorrência da presente empreitada constituirão co-propriedade exclusiva da "SUDESUL", do "ESTADO" e do "SERFHAU".

Parágrafo Primeiro: Todos os relatórios e demais documentos referidos nesta Cláusula serão tratados como confidenciais pela "UNIVERSIDADE" e não serão postos à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica nem divulgados sem o prévio e expresso consentimento dos empreitantes, podendo porém a "UNIVERSIDADE" possuir, nos seus arquivos, registros próprios dos trabalhos decorrentes da execução da empreitada, exclusivamente para consulta própria.

CLÁUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO: A "UNIVERSIDADE" não poderá, nem transferirá, nem disporá deste contrato ou de suas partes, ou de quaisquer direitos dele decorrentes, e, enunciativamente, não subcontratará nem mesmo parte dos serviços a não ser com expresso consentimento dos empreitantes, quando então, mesmo obtido o consentimento de subcontratação, os estudos e serviços atinentes serão sempre, em qualquer hipótese, elaborados sob a supervisão direta e exclusiva responsabilidade da "UNIVERSIDADE".

CLÁUSULA QUINTA — DOS RELATÓRIOS: A "UNIVERSIDADE" entregará à "SUDESUL", ao "ESTADO" e ao "SERFHAU", uma via a cada um dos seguintes documentos, atinentes à empreitada objeto do presente contrato:

I — Relatórios mensais de desenvolvimento dos trabalhos e dos resultados obtidos, que deverão ser entregues até o dia 10 (dez) do mês seguinte;

II — Relatório da primeira etapa do trabalho, contando todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados no Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira, para ser aprovado pelas demais partes contratantes;

III — Esquema do relatório final, que deverá ser entregue juntamente com o relatório da primeira etapa, para ser igualmente aprovado pelas demais partes contratantes;

IV — Relatório final, contendo:



- Descrição do desenvolvimento geral dos trabalhos e da metodologia utilizada, com referência às aproximações alcançadas;
- Cópia em cartões perfurados, de todos os dados numéricos utilizados durante os trabalhos objeto da empreitada;
- Todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados no Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira, concluindo por uma proposição formal de alternativas para uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional do Paraná.

Parágrafo Primeiro: A aprovação do relatório apresentado pela "UNIVERSIDADE" deve se dar, por cada uma das demais partes contratantes, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega respectiva, sendo que no caso de desaprovção, disporá a "UNIVERSIDADE" de outros 60 (sessenta) dias, para atender às exigências impostas para merecer aprovação; o silêncio de qualquer das partes por mais de 60 (sessenta) dias, após o recebimento de cada relatório, implicará em sua aprovação tácita.

Parágrafo Segundo: Logo que o relatório final obtiver a aprovação das entidades mencionadas no "caput" desta Cláusula, a "UNIVERSIDADE" fará imprimir, por sua conta o referido relatório final, fornecendo a cada uma delas 50 (cinquenta) exemplares.

CLÁUSULA SEXTA — DO PREÇO E DO PAGAMENTO: A "SUDESUL" e o "ESTADO" pagarão à "UNIVERSIDADE", a título de preço pela execução da empreitada, a importância de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), observado o disposto nos Parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro: A "SUDESUL" entregará à "UNIVERSIDADE" a importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) logo após a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná do presente contrato; a importância de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) logo após a aprovação pela "SUDESUL" do relatório da primeira etapa do trabalho ora contratado; e a importância de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) após a conclusão da segunda etapa e sua aprovação final pela "SUDESUL".

Parágrafo Segundo: O "ESTADO" realizará sua participação financeira através da Secretaria de Viação e Obras Públicas no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), podendo fazê-la em parte através do fornecimento de materiais e serviços, inclusive pessoal, assim discriminados:

- 1 — 3 (três) técnicos de nível superior durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros);
- 2 — 5 (cinco) auxiliares de pesquisa durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros);
- 3 — 5 (cinco) auxiliares diversos durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros);
- 4 — Transporte, material de expediente, telefone, passagens e estadias, no valor global de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros);

O saldo da participação financeira do "ESTADO" será entregue à "UNIVERSIDADE" por ocasião da aprovação pelo "ESTADO" do relatório da primeira etapa do trabalho contratado.

Parágrafo Terceiro: As importâncias pagas de acordo com o disposto nesta Cláusula, serão depositadas pela "UNIVERSIDADE" em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., podendo apenas ser movimentada para os fins previstos neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA PARTICIPAÇÃO DO "SERFHAU": O "SERFHAU" fará efetiva a sua participação, através de assistência técnica, representada pela prestação dos seguintes serviços:

1. Serviços de computação eletrônica necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;
2. Colaboração técnica e prestação de serviços visando:
  - 2.1. Análise de aspectos de planejamento, administração e avaliação a serem servidos e suas necessidades mínimas de informação e custo;
  - 2.2. Identificação dos serviços do Centro de Informações — para o Desenvolvimento Urbano e Local — CIDUL que deveriam ser aproveitados para o Centro de Informações.

Parágrafo Único: Na prestação da assistência técnica referida nesta Cláusula o "SERFHAU" utilizará somente o pessoal de seus quadros ou os equipamentos que já estiverem alocados aos seus serviços.

CLÁUSULA OITAVA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO EMPENHO:

I — A importância a ser paga pela "SUDESUL", conforme disposto no "caput" desta Cláusula, é parte do seu Orçamento-Programa de 1972 — Programa: Habitação e Planejamento Urbano; Subprograma: Planejamento Urbano; Projeto: 59.06.11.06.1.031 — Programa de Ação Concentrada — Estudos Básicos para Formulação de uma Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná: Elemento de Despesa: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) e empenhada sob n.º 409/72, em 29 de maio de 1972.

II — A importância a ser paga pelo "ESTADO", conforme disposto no "caput" desta Cláusula, correrá por conta do Orçamento Geral do "ESTADO" consignação 8.1.4.0: Subconsignação 3.1.4.0.17: Programa 1972 — 4.0.61.01.0.

CLÁUSULA NONA — DA REPRESENTAÇÃO: As partes contratantes nomearão, no prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, cada uma, um representante e um suplente, aos quais serão delegados, na forma prevista no artigo 11 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, todos os poderes necessários para representar as respectivas entidades na execução do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro: O representante da "UNIVERSIDADE" exercerá também as funções de Coordenador dos trabalhos técnicos e movimentará as importâncias entregues à "UNIVERSIDADE", de acordo com o disposto neste instrumento.

Parágrafo Segundo: Os representantes, respectivamente, da "SUDESUL", do "ESTADO" e do "SERFHAU" acompanharão e fiscalizarão a execução desta empreitada, podendo proceder a quaisquer exames, inspeções, levantamentos, peritagens, onde lhes parecer conveniente, obrigando-se a "UNIVERSIDADE" a facilitar e permitir a execução das atinentes medidas.

Parágrafo Terceiro: Caberá à Coordenação Regional do Programa de Ação Concentrada, por seu Coordenador e ao Departamento de Desenvolvimento Local, logo que implantado por seu Diretor, ambos da "SUDESUL", a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA ASSISTÊNCIA DO "SERFHAU": O "SERFHAU" obriga-se por seu representante a proceder a uma avaliação periódica do desenvolvimento dos trabalhos e dará todas as assistências técnicas necessárias à sua compatibilização com a política nacional de desenvolvimento urbano, local e micro-regional, traçada pelo Ministério do Interior, assim como para a adoção de suas normas e especificações nos documentos originários desta empreitada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA ARBITRAGEM: Quaisquer dúvidas e divergências decorrentes da execução deste contrato serão submetidas a uma corte de arbitragem a ser instituída, de comum acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PUBLICAÇÃO: As despesas decorrentes da publicação deste contrato correrão por conta do "ESTADO" e as demais, por conta da "SUDESUL".

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 9 (nove) vias de igual teor e forma na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que seja firme e valioso.

Curitiba, Palácio Iguazu, 31 de maio de 1972.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, Superintendente

"ESTADO" — Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador

"SERFHAU" — Engenheiro Leo Serejo Pinto de Abreu, Superintendente

"UNIVERSIDADE" — Professor Alcayr Munhoz Mäder, Reitor.

Testemunhas:

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 45/72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 7 de agosto de 1972, entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado do Paraná a execução parcial dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, na forma da Lei Federal n.º 4.485, de 16 de novembro de 1964.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

CÓPIA AUTÊNTICA

CONFERE COM O ORIGINAL, ARQUIVADA NA A.E.P.-SESP

DOU FÉ — CTBA, 10-VIII-72

RAIMUNDO SIQUEIRA

ESCRIVÃO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

APROVO OS TERMOS DO PRESENTE CONVÊNIO.

AUTORIZO SUA EXECUÇÃO.

Brasília — D.F.

ALFREDO BUZAID

Ministro da Justiça

Convênio entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, com sede em Brasília-DF, doravante denominado "DEPARTAMENTO" e representado por seu Diretor-Geral, General Nilo Caneppe Silva, e o Governo do Estado do Paraná, doravante denominado "ESTADO" e representado por seu Secretário de Estado da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, celebram, entre si, o presente CONVÊNIO que se estabelece nos termos do artigo 13, § 3.º, da Emenda Constitucional n.º 01, de 17 de outubro de 1969, e artigo 165, do Decreto-lei n.º 941, de 13 de outubro de 1969, observadas as disposições das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente CONVÊNIO fica delegado ao ESTADO a execução parcial, em seu território, dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, na forma da Lei n.º 4.483, de 16 de novembro de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 58.510, de 28 de junho de 1965, e do Decreto n.º 66.689, de 11 de junho de 1970, que, por força do disposto na alínea "a" do item VIII, do art. 8.º da Emenda Constitucional n.º 01, de 17 de outubro de 1969, incumbem ao Departamento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência do disposto na cláusula primeira, o ESTADO se obriga a executar, sob a orientação do Ministério da Justiça, através do Departamento, excetuando-se os encargos relativos à fiscalização e controle do tráfego internacional aéreo e terrestre, os seguintes serviços:

- a) — a fiscalização, nos seus portos, de todos os meios de transportes, nacionais e estrangeiros;
- b) — a fiscalização dos passageiros, nacionais e estrangeiros, procedentes do exterior ou que se ausentem do país, por via marítima;
- c) — a fiscalização e o controle dos tripulantes, nacionais e estrangeiros, que atuem nas linhas marítimas de curso internacional;
- d) — os encargos de polícia preventiva e judiciária relativos aos crimes e contravenções praticados a bordo de embarcações marítimas, bem como nas águas territoriais, excetuando-se os de competência de outros órgãos do Departamento;
- e) — o registro e o controle dos estrangeiros entrados no país como permanentes, temporários e asilados políticos que fixem residência no território do ESTADO;
- f) — a liberdade vigiada dos estrangeiros sujeitos àquela medida, por determinação do Ministério da Justiça;
- g) — a localização e entrega de extraditandos, solicitados pelo Supremo Tribunal Federal, à Delegacia Regional do DEPARTAMENTO;
- h) — a instauração de inquéritos policiais ou processos de expulsão, bem como os procedimentos necessários à repatriação e deportação;
- i) — a prorrogação do prazo de estada de estrangeiros entrados no país na condição de turistas e temporários;
- j) — o cumprimento dos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil;
- k) — a apuração, nas devidas fontes, dos óbitos de estrangeiros verificados na circunscrição do Estado;
- l) — a verificação de documentos referentes ao estrangeiro falecido na jurisdição do Estado, e a concessão de autorização para que seja embarcado com destino ao exterior ou a outra unidade da federação;
- m) — as sindicâncias necessárias à instrução de processos de naturalização, transformação de visto e retificação de assentamentos da competência do Ministro da Justiça;



n) — a organização e atualização do cadastramento de estrangeiros expulsos do país, repatriado, deportado ou extraditado, cujo processo tenha sido iniciado no território do Estado;

o) — a identificação dos estrangeiros permanentes, temporários e asilados políticos e a expedição de identidade para estes, de acordo com as leis vigentes;

p) — a lavratura de autos, abertura e julgamento de processos administrativos, e apreciação de recursos, no que se refere a infrações que devam ser punidas com multas;

q) — a concessão de passaportes comuns para brasileiros e estrangeiros e a revalidação destes documentos;

r) — a concessão de visto policial de saída aos titulares de passaportes válidos, brasileiros e estrangeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em consequência das atividades enumeradas na cláusula anterior, o ESTADO se compromete a fornecer ao DEPARTAMENTO:

a) — relação mensal e específica dos transportes marítimos, de linha internacional, em rigorosa ordem de entrada e saída, no ou do seu território;

b) — relações gerais, listas de passageiros e rol de tripulantes, pertinentes à fiscalização de embarcações marítima de curso internacional;

c) — cartões internacionais de embarque/desembarque, alusivos à fiscalização de passageiros, nas viagens marítimas;

d) — cópia dos requerimentos de embarque e desembarque de tripulantes marítimos, seja qual for o motivo;

e) — cópias dos requerimentos de transbordo de passageiros e tripulantes nas viagens marítimas;

f) — de imediato, os nomes dos passageiros e tripulantes que deixem de tomar as respectivas embarcações, bem como o posterior reembolso;

g) — de imediato, todos os dados relativos a incêndios, desastres e outras ocorrências verificadas em suas águas territoriais ou nas embarcações marítimas, comunicando a instauração dos respectivos inquéritos e a sua conclusão;

h) — cópias dos termos de óbitos de estrangeiros, lavrados a bordo de embarcações e dos ocorridos na jurisdição do Estado;

i) — cópias dos requerimentos de embarque e desembarque de cadáveres por via marítima;

j) — cópias de todos os registros e inscrições de estrangeiros, feitos no território do Estado;

k) — dados detalhados sobre repartição, deportação, expulsão e extradição ocorridas na jurisdição do Estado;

l) — relação mensal e cópias dos pedidos de naturalização, transformação de visto e prorrogação de estado;

m) — relação mensal dos estrangeiros encontrados em situação irregular no território do Estado;

n) — remessa, ao Instituto Nacional de Identificação do DEPARTAMENTO, da individual datiloscópica dos estrangeiros identificados, acompanhada da sua completa qualificação;

o) — relação mensal e cópias dos requerimentos de passaportes comuns expedidos para brasileiros e estrangeiros;

p) — relação mensal e cópias dos vistos policiais de saída concedidos a brasileiros e estrangeiros;

q) — relação mensal dos passaportes prorrogados, apreendidos e inutilizados.

CLÁUSULA QUARTA: A execução dos encargos enumerados na cláusula segunda efetuar-se-á de conformidade com as leis regulamentares, portarias, decisões ou quaisquer atos emanados de autoridade federal competente, podendo o ESTADO disciplinar, por lei ou ato administrativo, os processos de execução desses encargos.

CLÁUSULA QUINTA: Para a perfeita execução das atividades delegadas, o DEPARTAMENTO se obriga a fornecer ao ESTADO toda legislação e normas que regulem ou orientem a execução dos encargos relacionados com a matéria delegada.

CLÁUSULA SEXTA: Os serviços, objeto deste CONVÊNIO, serão, o quanto possível, centralizados, de modo a evitar-se, nos limites territoriais do ESTADO, a duplicidade de tarefas e assegurar-se a necessária uniformidade de execução.

CLÁUSULA SÉTIMA: Ao ESTADO cabe a instalação condigna do órgão encarregado da execução do presente CONVÊNIO, bem como o ônus de sua integral manutenção e fornecimento do material necessário ao funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA: A Chefia do órgão incumbido da execução do presente Convênio, recairá em Delegado de Polícia estável, indicado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.

CLÁUSULA NONA: O órgão do ESTADO encarregado da execução do presente CONVÊNIO, subordinar-se-á, doutrinária e normativamente ao DEPARTAMENTO, do qual, através de sua Delegacia Regional, receberá diretrizes relativas ao desempenho das atividades delegadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: Para ocorrer às despesas resultantes da execução das atividades delegadas, caberá ao ESTADO 80% (oitenta por cento) dos valores das taxas federais cobradas, devendo os restantes 20% (vinte por cento) ser recolhidos aos cofres da União, através do Banco do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O DEPARTAMENTO possibilitará aos funcionários do ESTADO, incumbidos da execução dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, sempre que necessário, a frequência a cursos de aperfeiçoamento, a serem realizados na Academia Nacional de Polícia, ou na sede da Delegacia Regional no ESTADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Será de 5 (cinco) anos o prazo de vigência do presente CONVÊNIO, podendo ser denunciado, a qualquer época, mediante comunicação escrita de uma das partes, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou prorrogada por prazo avençado entre os convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de denúncia o CONVÊNIO ou de sua extinção por decurso do prazo previsto, o ESTADO se obriga a entregar ao DEPARTAMENTO, independentemente da obrigação assumida na cláusula terceira, todo o acervo relativo ao controle e registro das atividades relacionadas na cláusula segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este CONVÊNIO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Por estarem de pleno acordo, assinam os convenientes o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito.

Brasília DF, 7 de agosto de 1972

GENERAL NILO CANEPPA SILVA

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

GENERAL MÁRIO CARNEIRO PORTES

Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná  
Ciente — De acordo autorizo a execução.

Curitiba - PR

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado do Paraná

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MESSAGE

46/72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

#### Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 21 de julho de 1972, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniáçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia Locais, mediante aplicação de dotações de FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

crianças dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados. Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 dias do mês de julho do ano de um mil novecentos e setenta e dois (1972), no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dario Di Migueli Luardelli, Prefeito Municipal de Porecatu, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as Cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação a utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração ESTADO-MUNICÍPIO no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 4.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos ajudados compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência, digo Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável



pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Fraço e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de julho de 1.972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

(Assinatura ilegível) — Prefeito Municipal do Município de Porecatu

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Raul Garcia, Prefeito Municipal de Primeiro de Maio, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios, científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Fraço e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para

todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de julho de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Raul Garcia — Prefeito Municipal de Primeiro de Maio

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pitanga, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dirceu Diogo Portugal, Prefeito Municipal de Pitanga, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Pitanga, Estado do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Fraço e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.



**CLAUSULA SETIMA****Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de julho de 1.972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Dirceu Diogo Portugal — Prefeito Municipal de Pitanga

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Francisco Paladino, Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 27-6-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA****Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA****Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA****Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA****Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA****Prazo e Denúncia:**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA****Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA****Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de julho de 1.972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Francisco Paladino — Prefeito Municipal de Ribeirão Claro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO****CONVÊNIO**

CONVÊNIO que celebram, entre si de um lado o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário dos Negócios de Segurança Pública, Gal. Mário Carneiro Portes, e de outro lado o Município de Campo Largo, representado pelo Prefeito Municipal, senhor Emigdio Pianaro, com a finalidade de auxílio à Delegacia de Polícia, com sede nesta cidade, para a manutenção das viaturas policiais, compra de peças, combustíveis e reparos gerais, a fim de ser dado a implantação de um sistema Policial eficiente, preventivo e repressivo, móvel, auxiliando a Polícia Judiciária naquele Município, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil na forma e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** — A Prefeitura Municipal de Campo Largo, consoante a previsão e autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 214, de 29 de março de 1972, concederá uma verba de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros), para o Exercício de 1972, como ajuda de custo e auxílio à manutenção das viaturas existentes no órgão policial desta cidade, que será liberada dentro da programação financeira do Município;

**CLAUSULA SEGUNDA:** — A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil, dotará, o serviço em objeto do pessoal necessário ao funcionamento judiciário e repressivo, para execução de atividade policial estabelecido neste Convênio, no próprio Município de Campo Largo.

**CLAUSULA TERCEIRA:** — Incumbirá à Secretaria de Segurança Pública o fornecimento do material permanente ao funcionamento administrativo do órgão;

**CLAUSULA QUARTA:** — O Serviço Auxiliar de Polícia Judiciária junto a Delegacia de Polícia local, obedecerá as normas e diretrizes administrativas oriundas da Diretoria da Polícia Civil, através do Setor do que tiver subordinada;

**CLAUSULA QUINTA:** — Veículos, equipamento e pessoal não poderão, por nenhuma das partes, ser usados em outro mister ou setor, senão aquele indicado no preâmbulo deste instrumento, ou seja, de auxiliar da Polícia Judiciária.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos legais.

Campo Largo, 21 de julho de 1972.

Gen. Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Emigdio Pianaro — Prefeito Municipal de Campo Largo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIACU**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Guaraniacú, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos

Aos vinte e um (21) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Gervásio Pinto Pereira, Prefeito Municipal de Guaraniacú, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA****Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA****Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA****Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Guaraniacú, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;



II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 21 de julho de 1.972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Gervásio Pinto Pereira — Prefeito Municipal de Guaraniáçu

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dr. Francisco Ferreira Claudino, Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa dis-

tância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. São José dos Pinhais, 21 de julho de 1.972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Francisco Ferreira Claudino — Prefeito Municipal de São José dos Pinhais

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos — 21 — dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Décio Thomazinho, Prefeito Municipal de Rancho Alegre, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de Verbas de Custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais a manutenção de ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados com equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidades e qualidades determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — os recursos, ou melhor a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando escolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;



III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado gosando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes a houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA

##### Celeridade de Apoio:

Compromete-se a Municipalidade pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convenio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produzam os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de julho de 1972.

MARIO CARNEIRO FORTES — Secretário de Segurança Pública

DECIO THOMAZINHO — (Prefeito Municipal)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 47-72

Curitiba, 20 de setembro de 1972.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 9 de agosto de 1972, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Florestópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação, tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

Térmo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Florestópolis, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Ribeiro Rosa, Prefeito Municipal de Florestópolis, neste ato representado pelo seu bastante procurador, Sr. Emílio Ruiz Gomes, brasileiro, casado, funcionário público Municipal, conforme procuração anexa, tendo em vista o que preceitua o Art. 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21 de julho de 1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convenio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes de providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convenio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais substanciais em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Florestópolis em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos e fornecidos digo, na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídas à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionais prejuízo a coletividade do município ou a Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 09 de agosto de 1972.

General MARIO CARNEIRO FORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSÉ RIBEIRO ROSA — (Prefeito Municipal de Florestópolis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 48-72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 30 de julho de 1972, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Prudentópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

Térmo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de PRUDENTÓPOLIS, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Gilberto Agibert, Prefeito Municipal de Prudentópolis, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convenio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de



correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

## CLAUSULA SEGUNDA

### Definições e legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia da Polícia local e seus órgãos componentes.

## CLAUSULA TERCEIRA

### Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis e ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de PRUDENTÓPOLIS, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

## CLAUSULA QUARTA

### Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

## CLAUSULA QUINTA

### Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes e houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

## CLAUSULA SEXTA

### Vigências

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

## CLAUSULA SETIMA

### Celeridade do Apóio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 30 de julho de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública

Gilberto Agibert — Prefeito Municipal de Prudentópolis

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 199-72, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

## 84-72:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 24-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo dar fiança em em-

préstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.317. — Agradeça-se.

## 85-72:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 25-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná, FAE — PR, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.318. — Agradeça-se.

## 112-72:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 29-72, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do Fundo de Recuperação do Departamento de Trânsito. — FUNRESTRAN, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.319. — Agradeça-se.

## 118-72:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 32-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça e como integrantes da carreira do Ministério Público, tres cargos de Procurador da Justiça, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.320. — Agradeça-se.

Do Senhor Governador do Estado, sob os n.ºs 196, 197 e 198-72, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de lei n.ºs:

## 122-71:

Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Colorado e jurisdição nos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguagé, Santa Inês, Santo Inácio, Paranacity, Paranaipoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupionópolis, Guaraci e Cafeara. — A C.C.J.

## 70-71:

Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Bocaiuva do Sul e Colombo. — A C.C.J.

## 99-72:

Do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que visa autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava ao Município de Pinhão. — A C.C.J.

## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Xenoforte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 100-72.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 20-72, 39-72, 99-72, 111-72 e 144-72.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laurinda Macedo Xavier Villanueva, progenitora do nobre Deputado Xenoforte Villanueva, ocorrido em data de 06 de outubro do corrente, nesta Capital.

Outrossim, requerem ainda, seja dado ciência à família enlutada através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(aa) Jorge Sato — Paulo Poli — Ovídio Franzoni — Aguiinaldo Pereira Lima — Santos Lima — Francisco Escorsin — Emílio Carazzai e David Federmann

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Smaniotto Marchiorato.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Dez. Mot, 2215.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Erondy Silvério

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de propor a esta Casa de Leis, um Projeto de Lei, para a criação de um Crédito Especial, para atender às Prefeituras do Interior do Estado na reconstrução das pontes que foram destruídas e danificadas pelas constantes chuvas que assolam a região.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Lázaro Dumont

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que aquela autoridade do Executivo, mande reabrir a Escola Isolada na localidade de Colônia Faria, no Município de Colombo.

Este estabelecimento escolar foi fechado no começo deste ano e o ato do Senhor Secretário de Educação causou uma série de contratempos às crianças da localidade que, para continuarem seus estudos, têm que se deslocar para a sede do Município distante vários quilômetros de Colônia Faria.



A reconsideração sobre o fechamento da escola citada, por parte do Senhor Secretário de Educação, viria beneficiar, em muito, as crianças da região, algumas das quais, devido a distância a percorrer, preferiram desistir de seus estudos.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Maurício Fruct

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R. — para o Recapeamento e Acostamento do trecho Londrina-Arapongas, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Considerando o elevado número de veículos que diariamente trafegam no referido trecho, cerca de 10.000, e a importância que a mencionada estrada representa para o desenvolvimento de uma das regiões mais ricas do Estado, solicitamos ao Senhor Diretor do D.E.R. prioridade para a referida obra.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Lázaro Dumout

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 171-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Os distritos administrativos de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, passam a ter as divisões seguintes:

**Distrito de Pranchita:** — Começa no Rio Santo Antônio, na Foz do Rio Jacutinga, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste-Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa até atingir a divisa Leste do imóvel Santa Cruz, de onde segue rumo Sudeste até alcançar o Rio Waldomeira, pelo qual sobe até sua nascente, daí por uma linha seca rumo Sul atinge a linha Leste-Oeste das Missões, seguindo daí por esta linha rumo Oeste até alcançar a nascente do Arroio Aurora e por este abaixo até alcançar sua foz no Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Rio Jacutinga, ponto de partida.

**Distrito de Santo Antônio do Sudoeste** — sede: — Começa no ponto confrontante da nascente do Córrego Argentina, na divisa internacional Brasil-Argentina, de onde segue por esta divisa, rumo Norte até atingir a nascente do Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Arroio Aurora, e por este acima até sua nascente, de onde segue pela divisa do imóvel Missões no sentido Oeste e posteriormente rumo Sul até atingir o Rio das Antas, pelo qual sobe até a foz do Córrego Argentino, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil-Argentina, ponto de partida.

Art. 2.º — Ficam criados os distritos administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Florido e Marconópolis, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com sede nas respectivas localidades e divisas seguintes:

**Distrito de Canzianópolis:** Começa na linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, no ponto de encontro da divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste-Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa no sentido Leste até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar o Rio Waldomeira e por este acima até atingir a linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, seguindo por esta divisa rumo Noroeste até atingir a divisa intermunicipal.

**Distrito de São Pedro do Florido:** — Começa na linha de divisa do imóvel Missões, no ponto confrontante à cabeceira do Rio Waldomeira, de onde por uma linha seca, alcança a nascente do Rio Waldomeira, pelo qual desce até sua foz, no Rio Capanema, e por este acima até atingir a linha de divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA, do Getsop, seguindo por esta divisa até alcançar a linha de divisa do imóvel Missões, de onde segue rumo Norte e posteriormente Oeste, até confrontar a nascente do Rio Waldomeira, ponto de partida.

**Distrito de Marconópolis:** Começa na divisa internacional Brasil-Argentina, no ponto confrontante com a nascente do Córrego Argentina, de onde por uma linha seca alcança a nascente do referido Córrego Argentina, pelo qual desce até sua foz no Rio das Antas, e por este abaixo até atingir a divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA do Getsop, seguindo daí por esta divisa até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar a foz do Lajeado Grande, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil-Argentina, de onde segue rumo Norte até confrontar com a nascente do Córrego Argentina, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Projeto de Lei n.º 172-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MUSICOTERAPIA DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Fabiano Braga Côrtes

#### JUSTIFICAÇÃO:

A Associação de Musicoterapia do Paraná é uma entidade com personalidade jurídica, de fins não lucrativos, e tem como objetivos contidos em seu Estatuto: desenvolver através da Musicoterapia o tratamento, educação, treinamento e reabilitação de todos aqueles que necessitarem dessa Terapêutica.

Pelas suas nobres e meritórias finalidades, temos certeza de que este projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

Projeto de Lei n.º 173-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Ouro Fino a de Fregueira, no Município de Almirante Tamandaré, numa extensão de 20 Km. aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

a) Cândido Martins de Oliveira

#### JUSTIFICAÇÃO:

A proposição que ora levamos à consideração dos ilustres Pares é de alta relevância, tendo em vista a importância econômica da referida estrada para aquela região, de vez que por ela se processa escoamento dos produtos para os centros consumidores, devendo, por isso, ser mantida em boas condições de tráfego.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Projeto de Lei n.º 174-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, o imóvel constituído pelas datas de terra números 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 da Quadra n.º 6 da Zona 2, com a área de 8.280 metros quadrados, entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, da planta do loteamento da cidade de Maringá, neste Estado, com todas as benfeitorias.

Art. 2.º — A doação estabelecida nesta lei se destina à formação do patrimônio básico da donatária, na forma do artigo 4.º da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, publicada no Diário Oficial de 10 do mesmo mês e ano, e art. 4.º n.º I do Decreto n.º 18.109, de 28 de janeiro de 1970, publicado no Diário Oficial de 30 do mês e ano ficando isenta a donatária do imposto de transmissão inter vivos que incide sobre o imóvel da doação referida nesta Lei.

Art. 3.º — Na escritura que for lavrada em decorrência desta Lei, o Poder Executivo, se julgar conveniente, poderá estabelecer que a donatária se obriga a continuar admitindo o uso parcial dos prédios, por parte da administração pública, até que haja condições de localizar os órgãos ali instalados em outros imóveis pertencentes ao Estado, ou construídos, por este, para tal fim.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Jorge Sato

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6034, de 6 de novembro de 1969, autorizou o Poder Executivo a criar, entre outras, a Fundação Universidade Estadual de Maringá, como resultante da incorporação dos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos, direta ou indiretamente, pelo Estado do Paraná naquela cidade.

O artigo 4.º da referida Lei, estabeleceu que:

"O Estado destinará bens livres e suficientes para a Instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, estes para receita essencial de manutenção de cada entidade".

Cumprindo a determinação expressa no dispositivo legal citado, o Decreto n.º 18.109, de 28 de janeiro de 1970, em seu art. 4.º inciso I, ao criar a Fundação Universidade Estadual de Maringá, estabeleceu que:

Art. 4.º — O patrimônio da Fundação, além daqueles bens que o Estado entender destinar para a instituição do respectivo fundo a personalizar, será composto:

I — pelo imóvel constituído pelas datas de n.ºs 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 da quadra de n.º 6 da zona 2, com área de 8.280 m<sup>2</sup>, entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, com todas as benfeitorias".

A obrigação contida na Lei n.º 6.034, isto é, a fixação de recursos no Orçamento Global do Estado, para a manutenção essencial da Fundação vem sendo cumprida pelo Estado, a partir do exercício de 1971. Resta somente, para integral cumprimento da norma do art. 4.º da já citada Lei n.º 6.034 que o Estado do Paraná formalize a doação do patrimônio básico da entidade, o qual, por parte do Estado, consiste na doação do imóvel constituído pelas datas de terras citadas no artigo primeiro do ante projeto de Lei que ora apresentamos.

Este ante projeto é necessário e justo porque propiciará à Fundação Universidade Estadual de Maringá, constituir o seu patrimônio básico, no imperativo legal, bem como visando atender à explosiva expansão educacional naquela importante cidade do nosso Estado.

Projeto de Lei n.º 175/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Aos professores que no corrente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861, de 05 de julho de 1.969, fica assegurado o direito de lecionarem, no mínimo, o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano.

Art. 2.º — Aos professores de Ensino Superior que ministram aulas extraordinárias, contem, a qualquer título, três (3) anos ou mais de serviço e possuam habilitação, fica assegurado o direito de efetivação no nível inicial de carreira, caso, dentro de um (1) ano a partir da data da promulgação desta lei, não se realize Concurso Público para preenchimento da vaga.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Projeto de Lei n.º 176/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBER WARCO", ano de fabricação 1.962, retificada totalmente por aquela Prefeitura, onde presta serviços há mais de três (3) anos.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

**JUSTIFICAÇÃO:** A motoniveladora que se pretende doar à Prefeitura do Município de Quedas do Iguaçu, através do presente plano de lei, vem prestando assinalados serviços àquele comunidade, há mais de três (3) anos.

Ocorre que a referida máquina, não se encontrando em condições perfeitas de funcionamento, teve que sofrer os necessários reparos, para poder cum-



prir a sua finalidade, arcando a Prefeitura de Quedas do Iguaçu com as respectivas despesas.

Nessas condições, parece-nos justo que se transfira, para aquela Municipalidade, a propriedade da referida máquina, levando-se em conta o tempo de serviço ali prestando e os gastos com a mesma realizados pela Prefeitura de Quedas do Iguaçu, possibilitando-se, sobretudo, que as obras programadas não sofram solução de continuidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença, no dia de hoje, nesta Tribuna, é tão somente para justificar os dois requerimentos que o Sr. 1.º Secretário acabou de ler.

O primeiro deles pede o recapeamento e acostamento da rodovia que liga Londrina - Arapongas, ou mais especificamente, no trecho de Londrina a Loanda, que é o pior trecho daquela rodovia. Talvez o Sr. Diretor do DER responda este nosso requerimento dizendo que o péssimo estado em que se encontra aquela estrada é devido às chuvas. Mas, se tal acontecer, deverá nos dizer que chuvas, se de 1.950, 1.960, ou de que ano; porque as atuais chuvas não estragaram mais do que estava aquela estrada. E os buracos contidos naquela rodovia são, realmente, enormes, e tem proporcionado grandes dificuldades aos veículos que por ali transitam, com risco de vida para os próprios motoristas e passageiros.

O segundo requerimento visa atender pedido de três, ou quatro Prefeitos que solicitaram enviasse eu apelo ao Sr. Governador do Estado pedindo a S. Exa. que mandasse Mensagem, a esta Casa, criando um Fundo Especial para atendimento de inúmeras Prefeituras do Interior do Estado que tiveram suas pontes, total ou parcialmente, destruídas pelas chuvas. Em muitos trechos foi total a destruição e se faz necessário a reconstrução dessas pontes. E as Prefeituras, economicamente falando, não tem condições para uma recuperação rápida. E, complementando o nosso requerimento, lembro que o Governo Federal pediu, aliás tem pedido, através de rádio, televisão, para que as estradas sejam recuperadas. E a visita do Sr. Ministro da Agricultura, se não me engano, possivelmente este mês virá ao Paraná, solicitando o aumento de produção. Não adianta nada produzir, colher muitos produtos agrícolas, quando não tivermos pontes nas estradas para transitar.

Portanto, fica registrado nosso apelo ao Diretor do DER com referência a estrada que liga Londrina — Cambé — Rolândia até Arapongas, especialmente no contorno de Londrina, ligando o trecho até Iporã e também apelo ao Sr. Governador do Estado para que auxilie as Prefeituras do Paraná a reconstruírem suas pontes.

Era só, muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segurança pública, no Paraná, é hoje a paradoxal designação que se dá à luta de um punhado de homens mal remunerados, frustrados, contra a marginalidade crescente, num duelo desigual assistido pela população apreensiva e por uma administração inerte.

Disse o próprio Senhor Secretário de Segurança, general Mário Carneiro Portes, em exposição de motivos encaminhada ao Chefe do Executivo:

“... a polícia regrediu no tempo e no espaço: enquanto o Estado cresce em escala geométrica, seu organismo policial retrai-se aritmeticamente, definindo em seus quadros humanos, empobrecendo nos recursos de que dispõe e enfavelando-se nas condições ambientais de trabalho”.

Esta visão do responsável pela Pasta da Segurança Pública traduz com frustração uma realidade calamitosa. O Paraná é hoje o Estado pior policiado da Região Centro-Sul, transformando-se, por isso mesmo, em obrigdo de malfiteiros dos demais Estados, que encontram aqui uma sociedade rica e desprotegida.

As manchetes policiais da imprensa diária escrevem com sangue a crônica triste desse predomínio da marginalidade sobre a lei. Tão gritante é a gravidade da deficiência policial que vários setores comunitários, especialmente os clubes de serviços, e a própria imprensa, estão cobrando providências de governo urgente, para que amplie e melhor remunere os quadros humanos da Polícia, numa das poucas vezes em que os contribuintes deste Estado exigem destinação específica para o dinheiro do povo.

O movimento é dos mais justos e oportunos.

O Paraná é o Estado do Centro-Sul de menor efetivo policial relativo. São Paulo, de todos o melhor aquinhado, conta com um policial para cada 600 habitantes. O penúltimo colocado, Santa Catarina, tem um policial para 4.600 habitantes. No Paraná, a proporção é de um policial para 7.100 habitantes. Realmente, nossa Polícia regrediu no tempo e no espaço: em 1960 havia 50 delegados; passados doze anos, eles são hoje 58. No mesmo período, o número de escrivães caiu de 146 para 129, cumulando os existentes com tanto trabalho que é frequente a libertação de meliantes perigosos, pelo Judiciário, por má elaboração dos inquéritos policiais.

Também na remuneração da sua Polícia ocupa o Paraná o último lugar entre os Estados do Centro-Sul. A Guanabara, que melhor remunera, para Cr\$ 4.600,00 aos seus delegados, Santa Catarina, que depois do Paraná pior remunera, paga Cr\$ 2.350,00. Aqui, os vencimentos de um delegado de Polícia, englobando gratificação por dedicação em tempo integral, é de Cr\$ 1.900,00. Um agente de segurança entra na Polícia do Paraná ganhando menos de Cr\$ 400,00 e aposenta-se com menos de Cr\$ 500,00 ao fim de 35 anos de serviço.

De que serve aparelhar materialmente uma estrutura de contingente humano precário e mal pago? Admitindo que não existe um estado de segurança quando o povo não confia (como realçaram rotarianos num memorial ao Governador), parece-nos que a providência imediata seria ampliar e reativar o organismo policial. A implantação de melhor remuneração daria às funções policiais atratividade para ampliação dos quadros, com nível elevado de seleção, adotando-se, paralelamente, providências organizacionais para ampliar a eficiência e restabelecer o crédito público.

Assim sendo, “requero à Mesa, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelando para que encaminhe de imediato a esta Assembléia plano de lei propondo a elevação de vencimentos para as funções policiais, por se tratar de matéria de sua competência privativa, como primeiro passo para a completa reorganização da estrutura da Segurança Pública no Estado, cujas deficiências são de monta a estimular, e não combater a criminalidade. E, como providência de emergência, implante, desde já, o regime de dedicação exclusiva, dobrando os vencimentos atuais da Polícia Civil.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1972”. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública o “Hospital Amazonas Pereira Caldas”, com sede no Município de Pinhão. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Izabel do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/72, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de Utilidade Pública a “Sociedade Paranaense Divina Providência”, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo criar, uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, construir uma cadeia pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Itaipuaçu a Querência do Norte. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/72, de autoria do Dep. Maurício Fruet, autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituir Medalhas, alusivas, como prêmio por participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1.º — Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

Art. 2.º — As medalhas, confeccionadas em ouro, terão no verso o emblema do Paraná e no anverso as palavras: Prêmio de Participação do Projeto Rondon, instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e serão ofertadas a todos os participantes do Paraná, naquele Grupo de Trabalho.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta da verba Encargos Diversos, Consignação 3.1.4.0.02, do Decreto Legislativo 201/72.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1972

a) — Deputado Maurício Fruet

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto Rondon, instituído pelo decreto n.º 62927, de 28-6-68 e reformulado pelo decreto n.º 67505 de 6-11-70, desde o início de suas atividades e sempre trazendo por lema “Integrar para não Entregar” vem se caracterizando por proporcionar ao estudante brasileiro o contato com a realidade nacional, proporcionando-lhe a futura liderança e a sua conscientização das reais necessidades do País, estimulando-o à criação de uma mentalidade nacional de participação comunitária.

Sendo uma evolução da filosofia do referido Projeto, o “Campus” avançado daquele Grupo de Trabalho é basicamente, uma área de estágios para estudantes universitários, objetivando a melhoria de sua formação profissional, a sua maior participação no desenvolvimento do País e o conhecimento das condições de trabalho no interior. As atividades realizadas pelos estudantes proporcionam o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades. Assim os estudantes contribuem para melhorar o nível de vida da população interiorana, além de serem ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário.

A instituição de medalhas para a entrega aos estudantes paranaenses que participaram do Projeto Rondon, nada mais significa do que o agradecimento deste Legislativo e do povo, por ele representado, do esforço que estes jovens procuraram desenvolver pela melhoria do nosso homem do interior, abrindo-lhes novas perspectivas de vida, razão pela qual confiamos na aprovação do Projeto em tela, pelos nossos pares.

## COMISSÃO D E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72

AUTOR: Deputado Maurício Fruet

SÚMULA: autoriza a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural.



## PARECER

O nobre Deputado Maurício Fruet, pretende, com este Projeto de Resolução, autorizar a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento socio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

A medida preconizada é das mais oportunas, pois trata de uma demonstração de agradecimento do Poder Legislativo aos estudantes paranaenses que pelo seu esforço e dedicação participaram do Projeto Rondon, cuja filosofia é basicamente levar o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio e o desenvolvimento do espírito comunitário.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a medida preconizada é es-correita.

Assim sendo, o Projeto se me afigura em condições de ser acolhido.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16-8-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator  
Emílio Carazzai  
Borsari Netto  
Igo Losso  
Erondy Silvério  
Paulo Camargo

## PARECER

1.) Com a presente proposição pretende o nobre deputado Maurício Fruet autorizar a Comissão Executiva a instituir medalhas como prêmio a estudantes paranaenses pela participação no Projeto Rondon.

2.) Apreciando a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça considerou-a em condições de ser acolhida.

3.) No que se refere ao aspecto financeiro nada temos a objetar, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

É o que nos parece, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1972

aa) — Fuad Nacii — Presidente  
João Fadel — Relator  
Odilon Reinhardt  
David Federmann

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 471/67, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N. 471-67

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Curso Científico na Cidade de Loanda para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a constituição e funcionamento do Curso Científico, previsto no Art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1967.

a) Wilson Figueiredo Fortes

## JUSTIFICATIVA:

Loanda já está servida relativamente bem do ensino, principalmente o Ginásio e o Normal. Entretanto os jovens que concluem o 1.º Ciclo encontram-se diante do dilema: deslocar-se para centros maiores ou retornar ao trabalho. Em ambos os casos o jovem encontra dificuldades pois buscar centros maiores requer recursos, fazendo com que poucos e apenas os de maiores posses prossigam os estudos. Quanto aos que retornam aos seus afazeres, quer no comércio, quer nas fazendas, sentem que os seus conhecimentos são insuficientes para retornar beneficiando os conterrâneos.

Estas razões nos levaram a propor a criação de um Curso do 2.º Ciclo (Curso Científico), que além de beneficiar, não acarretará ônus especiais aos cofres públicos, uma vez que poderá funcionar no prédio onde está localizado o Ginásio Estadual.

## PROJETO DE LEI N. 471-67

Comissão de Constituição e Justiça

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SUMULA: Cria na cidade de Loanda o Curso Científico, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências.

## PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

## ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

## ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

## ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênica aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do (Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquele que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Presidente

Igo Losso — Relator

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Acyr José.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 471-67

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

Súmula: Cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências.

## PARECER

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima

Fuad Nacii.

## Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 471-67

## PARECER

1.) O deputado Wilson Fortes, através do Projeto Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Loanda, o curso científico para funcionar no próximo ano letivo.

2.) — A oportunidade da criação do referido curso está plenamente justificada pelo próprio autor.

3.) — Além disso a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças já se manifestaram favoráveis à criação do curso.

4.) — Nestas condições, dada a legalidade e objetividade do plano de lei, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de 1972.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Arizone Araujo



1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 210-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, Vila Estrela do Iguaçu, a Porto Bonito, no Município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., COM SUBSTITUTIVO (anexo Projeto de Lei n. 239-71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, tratando de idêntica matéria). — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N. 210-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica transferido à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, via Estrela do Iguaçu, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

a) Dep. Ivo Thomazoni.

**JUSTIFICATIVA:**

A estrada supra mencionada é de muita importância não só pela simples razão da ligação inter-municipal, como pelo melhor escoamento da economia regional.

Por ligar dois importantes centros, a estrada, entregue à responsabilidade do D.E.R., estará sempre em melhores condições de facilitar trânsito, pela constante conservação e manutenção técnica.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**PROJETO DE LEI N. 210-71**

AUTOR: Deputado Ivo Thomazoni

SUMULA: Passa à responsabilidade do D.E.R. a estrada que especifica, no Município de Salto do Lontra.

**PARECER**

1) — Pretende o nobre Deputado Ivo Thomazoni com este plano de Lei, passar à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms.

2) — A medida preconizada está devidamente justificada, merecendo o projeto a nossa acolhida, nos termos do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Luiz R. Soares

Santos Lima

Maurício Fruet

Cândido M. de Oliveira

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

**SUBSTITUTIVO**

**AO PROJETO DE LEI N. 210-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que, passando por Vila Estrela do Iguaçu, liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 210-71**

1) — Através do presente plano de lei, pretende o nobre Deputado Ivo Thomazoni, transferir à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas numa extensão aproximada de 12 quilômetros.

2) — Sobre a matéria pronunciou-se a douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela sua aprovação na forma de substitutivo que apresentou.

3) — A proposição está bem justificada, pelo que nosso parecer é também pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacil — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann

Antonio Belinati

João Fadel

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 210-71**

I — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, transferir à responsabilidade do DER, a estrada que liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao de Porto Bonito, no Município de Catanduvas numa extensão de 12 kms, aproximadamente.

II — Sobre o mesmo já opinaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

III — No mérito, que cabe a esta Comissão opinar, nada há que se opor, daí nos manifestarmos pela sua aprovação, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça.

É o Parecer

Sala das Comissões, em de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Hélio Manfrinato

Xenofonte Villanueva

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 265-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de

conservação e melhoria, a estrada que liga Imbaú a Cidade de Telemaco Borba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N. 265-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar para fins de conservação e melhoria, a estadualização da estrada que liga a localidade de Imbaú, na estrada do Café, à cidade de Telemaco Borba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1971.

a) Dep. Fabiano Braga Cortes.

**JUSTIFICATIVA**

A estrada cuja estadualização propomos está no momento atual, graças a boa vontade do Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres, tendo seu asfaltamento concluído. Ela é fruto do convênio entre uma indústria de papel, a Klabin, e o Governo do Estado. É uma aspiração de 20 anos que somente agora, no atual período administrativo, se concretiza. E, para que, em definitivo se incorpore como realização estadual e de um Governo que traça seus rumos sem olhar para o passado, é que pedimos sua estadualização, contando com o apoio de todos os senhores deputados.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**PROJETO DE LEI N. 265-71**

AUTOR: Deputado Fabiano B. Cortes

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar estrada, para fins de melhoria e conservação.

**PARECER**

1) — Com a presente proposição pretende o nobre Deputado Fabiano B. Cortes, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a localidade de Imbaú, na rodovia do Café, à cidade de Telemaco Borba.

2) — Ajustificativa apresentada demonstra a oportunidade do Projeto.

3) — Por tratar-se de mera autorização legislativa não fere qualquer disposição legal ou constitucional, pelo que opinamos pela sua aprovação com a seguinte redação que propomos para o seu art. 1.º, que melhor atende à técnica legislativa:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú, na Rodovia do Café, à cidade de Telemaco Borba”.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Luiz Roberto Soares

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 265-71**

1) — Através da presente proposição pretende o nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga Imbaú à Telemaco Borba.

2) — Sobre o Projeto a douta Comissão de Constituição e Justiça Exarou parecer favorável, apresentando emenda substitutiva ao seu artigo 1.º, melhor enquadrado na técnica legislativa.

3) — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação, nos termos da emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacil — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 265-71**

1) — Visa a presente Proposição de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, transferir à responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú, na Rodovia do Café, a cidade de Telemaco Borba.

2) — Sobre a mesma já opinaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

3) — Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão examinar, nada há que se opor, razão pela qual opinamos pela sua Aprovação, na forma da Emenda apresentada pela Comissão de Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Hélio Manfrinato

Aryzone Araujo

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 21-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N. 21-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais”, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

a) Dep. Francisco Borsari Netto



## JUSTIFICATIVA:

A "Associação Universitária do DEOE", é uma entidade que, criada em 1970, veio a atender um dos anseios do pessoal de nível universitário do nosso Departamento de Edificações e Obras Especiais.

Além de representar a classe, promove o seu conagração, ensinando através de realizações o aperfeiçoamento técnico-cultural dos seus sócios. Foi criada através de modificação estatutária do antigo Clube de Advogados do DEOE, acolhendo assim toda a classe universitária que compõe o quadro de pessoal desse Departamento, permitindo-lhe beneficiar-se das diversas atividades e serviços que presta desinteressadamente.

Estando satisfeitas as exigências da Lei que regula a matéria, conforme documentação anexo, entendemos ser justo e oportuno que o Poder Público, através de diploma legal, reconheça a sua Utilidade Pública: Pedimos, para tanto, o apoio de nossos nobres Pares.

## Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 21-72

AUTOR: Dep. Borsari Netto

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital.

## PARECER

O nobre Deputado Borsari Netto, pretende, com este plano de Lei autorizar o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital.

O Projeto de Lei está devidamente justificado, bem como instruído com a documentação comprobatória de que a entidade preencha os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí porque nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira

Erondy Silvério

Santos Lima

Maurício Fruet

Ovídio Franzoni

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à Irayde França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 78/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia Espiridião Assad.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

a) Dep. Cândido Manoel Martins de Oliveira

## JUSTIFICATIVA:

A Senhora Irayde França Assad, é viúva do ex-Delegado de Polícia do Município de Palmeira, Sr. Espiridião Assad, que por longos anos exerceu essas funções com dedicação e zelo.

Com o seu falecimento, a viúva ficou inteiramente desprovida de recursos necessários à sua subsistência, conforme comprovam os documentos anexos.

Por essa razão é que submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres pares, para o qual esperamos receber o seu indispensável apoio.

## PROJETO DE LEI N.º 78/72

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dp. Cândido M. de Oliveira

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia.

## PARECER

O presente plano de lei, ora submetido a apreciação desta Comissão, de autoria do nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia de Palmeira.

O projeto mencionado está devidamente justificado na forma regimental e acompanhado de documentos que comprovam a situação de pobreza em que vive a viúva de um ex-Delegado de Polícia que por longos anos exerceu suas atividades no Município de Palmeira.

Trata-se de Lei meramente autorizatória e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões expostas somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Lasso — Relator

Erondy Silvério

Ovídio Franzoni

Paulo Camargo

Emílio Carazzai

Santos Lima

Maurício Fruet

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 78/72

1) — Visa a presente proposição, de autoria do nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Irayde França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia.

2) — Sobre a mesma já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, nada há que se opor, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972

aa) Fuad Nadi — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Antonio Lopes Junior

Jorge Sato

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/72, de autoria do Dep. João Fadel denomina "Dr. Sílvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual da cidade de Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 107/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica denominado "Dr. Sílvio Bittencourt Linhares" o Hospital Estadual de Antonina, localizado na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1972

a) — Deputado João C. Fadel

## JUSTIFICATIVA:

O saudoso Dr. Sílvio Bittencourt Linhares, cuja memória pretendemos perpetuar através da imposição de seu nome ao Hospital Estadual de Antonina conforme previsto neste projeto de lei, foi médico humanitário que levou o exercício da profissão até ao sacrifício pessoal, mercê de sua dedicação extrema e compreensão do verdadeiro dever do médico perante sua comunidade.

O sempre lembrado Dr. Sílvio Bittencourt Linhares logo após formado ingressou no serviço público pela Secretaria de Saúde Pública do Paraná e ali, sempre por merecimento, ascendeu a todos os cargos de chefia da estrutura daquele órgão, tendo sido, com inextinguível zelo, Diretor da Saúde Pública, Chefe da Divisão da Tuberculose e, ultimamente, Diretor do Hospital Estadual de Antonina no qual conquistou o apreço, a admiração e o respeito de toda a população daquela progressista cidade.

O pranteado Dr. Sílvio Bittencourt Linhares cumpriu cerca de 35 (trinta e cinco) anos de exercício profissional no serviço público com uma dedicação e um interesse muito acima do que seria esperar-se para um servidor em cuja carreira a remuneração nunca foi um atrativo e as reconhecidas falhas no aparelhamento da estrutura técnica são um constante obstáculo ao eficiente desempenho do trabalho médico.

Assim e entendendo que o Poder Público deve reverenciar aqueles que, integrando seus quadros por sua honra e dignidade souberam elevar-lhe o conceito perante a comunidade, tenho por oportuna a apresentação do presente projeto de lei pois, aprovado fará ele justiça ao médico ao servidor público e ao cidadão, que todos nós devemos citar como exemplo quando quisermos definir o trabalho, a competência e a honestidade.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão a este seu honroso e indispensável apoio.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 107-72

## PARECER

1.) Visa o presente plano de lei de autoria do nobre Deputado João Fadel, denominar "Dr. Sílvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual de Antonina.

2.) A homenagem é justa, pois se estará reverenciando a memória de uma das figuras mais ilustres, cultas e dinâmicas do Paraná, que galgou os mais elevados postos na administração pública, tendo cumprido sempre, com extremado zelo, os seus deveres de cidadão e de verdadeiro médico humanitário para com a comunidade.

3.) Como diretor do Hospital Estadual de Antonina, conquistou apreço, admiração e respeito de toda a população daquela progressista comuna paranaense.

4.) Pela oportunidade de que se reveste o projeto e ainda pela sua legalidade e constitucionalidade, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Ovídio Franzoni

Borsari Netto

Paulo Camargo

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

## PROJETO DE LEI N.º 107-72

## PARECER

Justa é a homenagem que se pretende prestar ao saudoso "Dr. Sílvio Bittencourt Linhares", que como Diretor do Hospital Estadual de Antonina, deu o melhor de si para a boa administração daquele nosocômio, até hoje muito lembrado tem sido a figura daquele médico pela população Capelista.

Pela oportunidade, legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei, somos pois, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1972.

(aa.) David Federmann — Presidente e Relator

Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Smaniotto Marchiorato. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 100-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final a vários Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, e outros, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laurinda Macedo Xavier Villanueva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Geral do De-



partamento de Estradas e Rodagem, para o recapamento e acostamento do trecho Londrina-Arapongas, que se encontra em péssimo estado de conservação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado no sentido de propor a esta Casa de Leis, um Projeto de Lei, para a criação de um Crédito Especial, para atender as Prefeituras do interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviada solicitação ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que aquela autoridade do Executivo, mande reabrir a Escola Isolada na localidade de Colônia Faria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando para que encaminhe de imediato a esta Assembléia, plano de Lei propondo a elevação de vencimentos para as funções policiais. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira à Hora Regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 20-72, 39-72, 99-72, 111-72 e 144-72;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 183-71, 186-71 e 256-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.o 19-72 e dos Projetos de Lei n.os 471-67 — 210-71 — 265-71 — 21-72 — 78-72 e 107-72;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 254-70, 290-70 e 119-72.

Fica marcada ainda outra Sessão Especial, para amanhã, às 15.00 horas, quando S. Exa. Revma. D. Fedalto fará uma palestra sobre a "Semana da Bíblia".

Levanta-se a sessão.

**PORTARIA N.o 265-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.446, de 22 de setembro de 1.972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

revogar a Portaria n.o 246-72, de 29 de agosto de 1.972, a partir de 04 de setembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 266-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.493, de 25 de setembro de 1.972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Valdomira Demeterco Pereira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 26 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 267-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.558, de 26 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Cleide Angelina Molinari da Silva, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 26 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 268-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.497, de 25 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Luiz Carlos Gonçalves de Castro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 26 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 269-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.509, de 25 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Hilza dos Santos Lopes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 26 de setembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 270-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.523, de 26 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Rogerio Fabiano Neves da Cruz, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes

ao exercício de 1.972, a partir de 27 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 271-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7564, de 26 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar a funcionária Zelma Lopes Wojcik, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Bandão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 272-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7665, de 29 de setembro de 1.972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar, Wilma Wambier Gusso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Santos Lima.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 273-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 6.696, de 28 de agosto de 1.972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar Zildete Teixeira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de outubro de 1.972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.o 274-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 7.301, de 15 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar Maximínio Cardoso, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, para exercer as funções de Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de outubro de 1.972.

**Fausto Luiz Abry**  
Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA**

**Ata da 26.a Reunião Ordinária**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão da Redação sob a presidência do deputado Gabriel Manoel, de acordo com o artigo 40 do Regimento Interno. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.o 87-72 — de autoria do deputado João Fadel, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro da Justiça da República Federativa do Brasil. PROJETO DE LEI N.o 116-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.o 30-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de setembro, nesta Capital, e com as confrontações que especifica. PROJETO DE LEI N.o 117-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.o 31-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. PROJETO DE LEI N.o 127-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lélcio Guimarães Sotó-Maior, para que produza os efeitos legais.

(ss) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente  
Lélcio Guimarães Sotó-Maior — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 87-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.o — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. — A outorga do diploma alusivo ao Título concedido deverá ser efetuada em sessão solene desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-09-72

(aa) Gabriel Manoel — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Jorge Sotó — Relator



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 116-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, confrontando-se com a referida avenida por 74,50m, com a rua Marechal Floriano Peixoto por 22,47m, pelo lateral esquerdo com imóvel do Estado do Paraná ocupado pela União por uma linha reta seca de 40,00 m e nos fundos com imóvel da União e do Estado do Paraná ocupado pela União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 55,00 m, 17,00 m e 20,50 m respectivamente. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 16.808, fls. 69 do livro 3-I, do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo de dois anos, contados da data da publicação da presente lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-09-72

(aa) Gabriel Manoel — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Jorge Sato — Relator

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 117-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o imóvel sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio da Escola Técnica Federal do Paraná, confrontando-se com a referida Avenida por 79,18 m, com a rua Desembargador Westphalen por 75,10 m, pelo lateral direito com imóvel do Estado do Paraná e da União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 35,00 m, 20,50 m e 40,00 m, respectivamente e nos fundos com imóvel da União por uma linha reta seca de 102,00 m. O bem imóvel de que trata a presente lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 1.139, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado pela União, na instalação de Estabelecimento de Ensino.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-09-72

(aa) Gabriel Manoel — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Jorge Sato — Relator

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 127-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de outubro de 1972, fixados na forma das tabelas constantes dos Anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente lei.

Parágrafo único. O pagamento do abono provisório de que trata a Lei n.º 6.279, de 31 de maio de 1972, fica sustado a partir da data estabelecida no "caput" deste artigo.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os de Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são fixados a partir de 1.º de outubro de 1972, na forma estabelecida nas tabelas contidas no Anexo V, desta lei.

Art. 3.º — O salário família fica fixado em Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros) por dependente.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — Os vencimentos decorrentes desta lei não incidirão nem servirão de base ao cálculo das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, e pelo art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que, em consequência, permanecem com seus valores inalterados.

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado ao atendimento de despesas com a execução da presente lei.

Art. 7.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-09-72

(aa) Gabriel Manoel — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Jorge Sato — Relator

## ANEXO "I"

## VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER EXECUTIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	
1	Cr\$ 276,00
2	Cr\$ 276,00
3	Cr\$ 276,00
4	Cr\$ 276,00
5	Cr\$ 276,00
6	Cr\$ 276,00
7	Cr\$ 280,00
8	Cr\$ 286,00
9	Cr\$ 297,00
10	Cr\$ 308,00

11	Cr\$ 328,00
12	Cr\$ 348,00
13	Cr\$ 385,00
14	Cr\$ 425,00
15	Cr\$ 462,00
16	Cr\$ 502,00
17	Cr\$ 579,00
18	Cr\$ 656,00
19	Cr\$ 732,00
20	Cr\$ 810,00
21	Cr\$ 887,00
22	Cr\$ 964,00
23	Cr\$ 1.041,00
24	Cr\$ 1.118,00
25	Cr\$ 1.194,00
26	Cr\$ 1.272,00
27	Cr\$ 1.349,00
28	Cr\$ 1.426,00
29	Cr\$ 1.503,00
30	Cr\$ 1.592,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

## SÍMBOLO

1-C	Cr\$ 1.980,00
2-C	Cr\$ 1.822,00
3-C	Cr\$ 1.676,00
4-C	Cr\$ 1.542,00
5-C	Cr\$ 1.419,00
6-C	Cr\$ 1.305,00
7-C	Cr\$ 1.201,00
8-C	Cr\$ 1.105,00
9-C	Cr\$ 1.017,00
10-C	Cr\$ 935,00
11-C	Cr\$ 861,00
12-C	Cr\$ 792,00
13-C	Cr\$ 723,00
14-C	Cr\$ 670,00
15-C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

## SÍMBOLO

1-F	Cr\$ 264,00
2-F	Cr\$ 225,00
3-F	Cr\$ 198,00
4-F	Cr\$ 159,00
5-F	Cr\$ 146,00
6-F	Cr\$ 119,00
7-F	Cr\$ 93,00
8-F	Cr\$ 80,00
9-F	Cr\$ 66,00
10-F	Cr\$ 53,00

TABELA D — INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

## POSTO OU GRADUAÇÃO

Coronel	Cr\$ 1.254,00
Tte. Coronel	Cr\$ 1.183,00
Major	Cr\$ 1.043,00
Capitão	Cr\$ 905,00
1.º Tenente	Cr\$ 839,00
2.º Tenente	Cr\$ 775,00
Asp. a Oficial	Cr\$ 685,00
Subtenente	Cr\$ 585,00
1.º Sargento	Cr\$ 554,00
2.º Sargento	Cr\$ 528,00
3.º Sargento	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 3.º a	Cr\$ 521,00
Cadete Esc. Of. 2.º a	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 1.º a	Cr\$ 497,00
Cabo	Cr\$ 425,00
Soldado	Cr\$ 385,00
Soldado Recruta	Cr\$ 359,00

## ANEXO "II"

## VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

## NÍVEL

1	Cr\$ 271,00
2	Cr\$ 274,00
3	Cr\$ 286,00
4	Cr\$ 297,00
5	Cr\$ 308,00
6	Cr\$ 320,00
7	Cr\$ 331,00
8	Cr\$ 343,00
9	Cr\$ 354,00
10	Cr\$ 365,00
11	Cr\$ 400,00
12	Cr\$ 434,00
13	Cr\$ 479,00
14	Cr\$ 525,00
15	Cr\$ 594,00
16	Cr\$ 662,00
17	Cr\$ 742,00
18	Cr\$ 822,00
19	Cr\$ 901,00
20	Cr\$ 981,00



21	Cr\$ 1.061,00
22	Cr\$ 1.141,00
23	Cr\$ 1.221,00
24	Cr\$ 1.301,00
25	Cr\$ 1.380,00
26	Cr\$ 1.460,00
27	Cr\$ 1.540,00
28	Cr\$ 1.620,00
29	Cr\$ 1.700,00
30	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

## SÍMBOLO

1—C	Cr\$ 1.980,00
2—C	Cr\$ 1.822,00
3—C	Cr\$ 1.676,00
4—C	Cr\$ 1.542,00
5—C	Cr\$ 1.419,00
6—C	Cr\$ 1.305,00
7—C	Cr\$ 1.201,00
8—C	Cr\$ 1.105,00
9—C	Cr\$ 1.017,00
10—C	Cr\$ 935,00
11—C	Cr\$ 861,00
12—C	Cr\$ 792,00
13—C	Cr\$ 728,00
14—C	Cr\$ 670,00
15—C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

## SÍMBOLO

1—F	Cr\$ 264,00
2—F	Cr\$ 225,00
3—F	Cr\$ 198,00
4—F	Cr\$ 159,00
5—F	Cr\$ 146,00
6—F	Cr\$ 119,00
7—F	Cr\$ 93,00
8—F	Cr\$ 80,00
9—F	Cr\$ 66,00
10—F	Cr\$ 53,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

## CARGO

Diretor Adjunto	Cr\$ 3.125,00
Assistente Técnico	Cr\$ 3.125,00
Médico	Cr\$ 2.750,00
Secretário de Comissão	Cr\$ 2.750,00

## ANEXO "III"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO  
PODER JUDICIÁRIO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS (CARREIRAS)

## NÍVEL

1	Cr\$ 276,00
2	Cr\$ 276,00
3	Cr\$ 286,00
4	Cr\$ 297,00
5	Cr\$ 308,00
6	Cr\$ 320,00
7	Cr\$ 331,00
8	Cr\$ 343,00
9	Cr\$ 354,00
10	Cr\$ 365,00
11	Cr\$ 400,00
12	Cr\$ 434,00
13	Cr\$ 479,00
14	Cr\$ 525,00
15	Cr\$ 594,00
16	Cr\$ 662,00
17	Cr\$ 742,00
18	Cr\$ 822,00
19	Cr\$ 901,00
20	Cr\$ 981,00
21	Cr\$ 1.061,00
22	Cr\$ 1.141,00
23	Cr\$ 1.221,00
24	Cr\$ 1.301,00
25	Cr\$ 1.380,00
26	Cr\$ 1.460,00
27	Cr\$ 1.540,00
28	Cr\$ 1.620,00
29	Cr\$ 1.700,00
30	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

## SÍMBOLO

1—C	Cr\$ 1.980,00
2—C	Cr\$ 1.822,00
3—C	Cr\$ 1.676,00
4—C	Cr\$ 1.542,00
5—C	Cr\$ 1.419,00
6—C	Cr\$ 1.305,00
7—C	Cr\$ 1.202,00
8—C	Cr\$ 1.105,00
9—C	Cr\$ 1.017,00
10—C	Cr\$ 935,00
11—C	Cr\$ 861,00

12—C	Cr\$ 792,00
13—C	Cr\$ 728,00
14—C	Cr\$ 670,00
15—C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

## SÍMBOLO

1—F	Cr\$ 264,00
2—F	Cr\$ 225,00
3—F	Cr\$ 198,00
4—F	Cr\$ 159,00
5—F	Cr\$ 146,00
6—F	Cr\$ 119,00
7—F	Cr\$ 93,00
8—F	Cr\$ 80,00
9—F	Cr\$ 66,00
10—F	Cr\$ 53,00

TABELA D — CARGOS DO QUADRO ISOLADO DE  
PROVIMENTO EFETIVO

## CARGO

Assistente	Cr\$ 2.966,00
Assessor Jurídico	Cr\$ 2.966,00
Diretor Auxiliar	Cr\$ 2.966,00
Diretor Soc. da C.G.J.	Cr\$ 2.966,00
Assessor de Recursos	Cr\$ 2.966,00
Assessor Adm. Imóveis	Cr\$ 2.966,00
Secretário da Assessoria de Imóveis	Cr\$ 1.597,00

## ANEXO "IV"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL  
DE CONTAS

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

## NÍVEL

1	Cr\$ 271,00
2	Cr\$ 273,00
3	Cr\$ 286,00
4	Cr\$ 297,00
5	Cr\$ 308,00
6	Cr\$ 320,00
7	Cr\$ 331,00
8	Cr\$ 343,00
9	Cr\$ 354,00
10	Cr\$ 365,00
11	Cr\$ 400,00
12	Cr\$ 434,00
13	Cr\$ 479,00
14	Cr\$ 525,00
15	Cr\$ 594,00
16	Cr\$ 662,00
17	Cr\$ 742,00
18	Cr\$ 822,00
19	Cr\$ 901,00
20	Cr\$ 981,00
21	Cr\$ 1.061,00
22	Cr\$ 1.141,00
23	Cr\$ 1.221,00
24	Cr\$ 1.301,00
25	Cr\$ 1.380,00
26	Cr\$ 1.460,00
27	Cr\$ 1.540,00
28	Cr\$ 1.620,00
29	Cr\$ 1.700,00
30	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO  
SÍMBOLO

1—C	Cr\$ 1.980,00
2—C	Cr\$ 1.822,00
3—C	Cr\$ 1.676,00
4—C	Cr\$ 1.542,00
5—C	Cr\$ 1.419,00
6—C	Cr\$ 1.305,00
7—C	Cr\$ 1.201,00
8—C	Cr\$ 1.105,00
9—C	Cr\$ 1.017,00
10—C	Cr\$ 935,00
11—C	Cr\$ 861,00
12—C	Cr\$ 792,00
13—C	Cr\$ 728,00
14—C	Cr\$ 670,00
15—C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS  
SÍMBOLO

1—F	Cr\$ 264,00
2—F	Cr\$ 225,00
3—F	Cr\$ 198,00
4—F	Cr\$ 159,00
5—F	Cr\$ 146,00
6—F	Cr\$ 119,00
7—F	Cr\$ 93,00
8—F	Cr\$ 80,00
9—F	Cr\$ 66,00
10—F	Cr\$ 53,00



TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR  
CARGO

Secretário Geral . . . . .	Cr\$ 2.376,00
Diretor . . . . .	Cr\$ 2.277,00
Assessor Técnico . . . . .	Cr\$ 2.079,00
Assessor Técnico do Presidente . . . . .	Cr\$ 2.079,00
Tesoureiro . . . . .	Cr\$ 2.079,00
Auxiliar de Tesoureiro . . . . .	Cr\$ 1.042,00
Secretário do Presidente . . . . .	Cr\$ 1.042,00
Delegado . . . . .	Cr\$ 1.042,00
Bibliotecário . . . . .	Cr\$ 1.042,00
Motorista . . . . .	Cr\$ 1.042,00

## ANEXO "V"

VENCIMENTOS DOS MEMBROS DA MAGISTRATURA  
E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DOS CONSELHEIROS  
E AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ES-  
TADO E DO PROCURADOR GERAL E PROCURADO-  
RES DO ESTADO JUNTO AO MESMO TRIBUNAL.

TABELA A — MAGISTRATURA

Desembargador . . . . .	Cr\$ 5.850,00
Juiz do Tribunal de Alçada . . . . .	Cr\$ 5.557,50

Juiz de Entrância Final . . . . .	Cr\$ 5.200,00
Juiz de Entrância Intermediária . . . . .	Cr\$ 4.680,00
Juiz de Entrância Inicial . . . . .	Cr\$ 4.212,00
Juiz Substituto . . . . .	Cr\$ 3.790,80

TABELA B — MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador Geral da Justiça . . . . .	Cr\$ 5.850,00
Procurador da Justiça . . . . .	Cr\$ 5.200,00
Promotor de Justiça de Entrân- cia Final . . . . .	Cr\$ 4.680,00
Promotor de Justiça de En- trância Intermediária . . . . .	Cr\$ 4.212,00
Promotor de Justiça de En- trância Inicial . . . . .	Cr\$ 3.790,80
Promotor Substituto . . . . .	Cr\$ 3.032,65

TABELA C — TRIBUNAL DE CONTAS

Conselheiro . . . . .	Cr\$ 5.850,00
Auditor . . . . .	Cr\$ 5.049,00
Procurador Geral . . . . .	Cr\$ 5.049,00
Procurador . . . . .	Cr\$ 5.049,00